



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

MENINAS PRIVADAS DE LIBERDADE: NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE ADOLESCENTES NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Eixo Temático EIXO 04 - CORPO E PALAVRA, EXPRESSÕES DO “DEVIR” LIBERDADE NA EXPERIÊNCIA LITERÁRIA EM ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Gabriela Duarte de Assis¹
Ana Cláudia Ferreira Godinho²

RESUMO

Este trabalho busca analisar as narrativas autobiográficas de meninas inseridas no sistema socioeducativo. Utilizando os livros Virando a Página e a metodologia de Bardin foram selecionados três textos: Biografia, Minha História de Vida e A Dor e a Saudade. O referencial teórico é composto pela escrita das mulheres como processo terapêutico e os estudos sobre educação em contextos de privação de liberdade. Entre os resultados da pesquisa, destaca-se a negligência do Estado, da sociedade e da família na proteção da infância, a evasão escolar, abuso de drogas. Conclui-se que oficinas de letramento são vitais para ressignificar experiências traumáticas e humanizar essas jovens, invisibilizadas pela sociedade.

Palavras-chave: educação em contexto de privação de liberdade, narrativas autobiográficas, relações de gênero, sistema socioeducativo.

¹ Mestranda em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, duartegabrielad@gmail.com;

² Professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, anaclaudia.godinho@gmail.com



INTRODUÇÃO

Este trabalho se iniciou com o nosso questionamento, o que as meninas em cumprimento de medidas socioeducativas escrevem? Buscando responder esta questão foi desenvolvido o trabalho de conclusão de curso que será apresentado neste trabalho e que segue em desenvolvimento como um projeto de pesquisa no mestrado. Utilizando como material empírico os exemplares do livro “Virando a Página”, onde foram desenvolvidos através do programa de educação pelo trabalho (PET) do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) entre 2011 e 2019. Este programa foi responsável por ser um local de estágio e atividades educativas onde os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em semiliberdade da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE/RS) faziam estágios administrativos e oficinas educativas, dentre essas atividades educativas se encontra o projeto Virando a Página, onde eram desenvolvidas oficinas de leitura e escrita com os adolescentes. Cada final de ano era produzido um livro com textos selecionados para publicação, ao todo são seis exemplares com 256 textos. A partir de uma análise de conteúdo (Bardin) o material passou por três etapas: pré-análise dos documentos; exploração de matérias; inferência e interpretação. Após a primeira etapa de pré-análise dos documentos os olhares já foram se direcionando aos escritos autobiográficos e identificados por autoria feminina, cabe ressaltar que foi escolhido usar a expressão gênero feminino pois esta expressão engloba as adolescentes cis e transgênero, visto que identificar-se como uma autora mulher não tem relação direta a heteroidentificação baseada no sexo que uma pessoa privada de liberdade pode ser submetida. Com o objetivo de identificar os temas abordados pelas adolescentes em seus textos, conhecer as trajetórias de vida das autoras e identificar temas em comum entre os escritos destas adolescentes, este trabalho apresenta uma abordagem qualitativa com caráter documental e bibliográfico. Portanto essa pesquisa buscou, e continua buscando, contribuir e ampliar os debates acadêmicos em torno das particularidades vividas pelas adolescentes do sistema socioeducativo através da perspectiva de gênero. Entre os resultados da pesquisa, destacaram-se a semelhança das experiências narradas pelas adolescentes com a trajetória de vida de mulheres adultas no sistema prisional; a negligência do Estado, da sociedade e da família na proteção da infância, sobretudo no que concerne à violência sexual e estupro



de vulnerável e, conseqüentemente, a gravidez na adolescência; e à exploração do trabalho infantil na comercialização de substâncias ilícitas. Conclui-se que a importância de atividades de letramento com meninas privadas de liberdade como um exercício de reflexão e elaboração de experiências dolorosas em suas trajetórias de vida. É humanizar pessoas que são vistas pela sociedade como não merecedoras de direitos básicos, mesmo que seja apenas uma adolescente de 12 anos.

METODOLOGIA

A metodologia selecionada para este trabalho foi a análise de conteúdo de Bardin (2011), onde ela organiza a experimentação do material em três etapas: Pré-análise; Exploração dos materiais; Inferência e interpretação. Na primeira etapa da pré-análise dos documentos é feita uma leitura flutuante por todo material selecionado, esta etapa foi fundamental para a elaboração de hipóteses e o encaminhamento dos objetivos deste trabalho. Na segunda etapa, exploração dos materiais o olhar já foi se direcionando a uma análise quantitativa, foram encontrados ao todo 256 textos, destes apenas 104 eram de autoria feminina, cerca de 40% do total. Este dado chama a atenção visto que a publicação de 2016 é uma edição especialmente com a temática feminina, o que nos fez imaginar que a pouca presença das meninas nas atividades era algo perceptível na equipe do projeto. Em uma nova exploração dos materiais após ter selecionado os 104 textos de autoria feminina foram elaboradas 2 categorias referentes ao gênero textual, poema e narrativa autobiográfica, onde haviam 32 poemas temáticos e 72 narrativas autobiográficas. A partir dessa categoria foi feita uma nova exploração do material, agora categorizando os textos por temática, neste momento algumas categorias se interseccionam. As categorias com maior ocorrência foram “amor” e “família” ambos com 16 ocorrências, seguida por “ato infracional” com 14 ocorrências, “futuro” com 13 ocorrências e “escola” e “história” com 12 ocorrências.

Para a terceira e última etapa, inferência e interpretação foram selecionados 3 textos que foram categorizados como narrativa autobiográfica de temáticas variadas, são eles: Biografia por Dady Marley, Minha História de Vida por Sheron Ignacio e A Dor e a Saudade por Jessica Fernanda. Essa pluralidade de assuntos abordados é fundamental para compreendermos o que as meninas no sistema socioeducativo escrevem.



REFERENCIAL TEÓRICO

Para o referencial teórico desta pesquisa foram utilizados diversos autores e autoras que abordam as escritas femininas e o acesso à leitura e escrita de pessoas privadas de liberdade. É fundamental observar que os referenciais apresentados referente ao acesso à leitura e escrita de pessoas privadas de liberdade não apresentam o recorte etário apresentado ao longo desta pesquisa, evidenciando uma lacuna na produção acadêmica deste tema dentro do sistema socioeducativo.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada em 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, o artigo 27.1 apresenta “Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.” (ONU, 1948) logo, as pessoas privadas de liberdade também precisam exercer este direito, é muito presente no senso comum de nossa sociedade que as pessoas privadas de liberdade não são merecedoras de usufruir dos direitos humanos, entre eles o acesso à cultura. Para Candido (2004) a literatura é definida como:

[...]todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações. (Candido, 2004, p.176)

Esta definição causa antipatia por uma sociedade dominante onde usufruir da “boa literatura” é um privilégio que não é acessível para todos, conforme apresenta Freire (2011):

Do ponto de vista autoritariamente elitista, por isso mesmo reacionário, há uma incapacidade quase natural do povão. Incapaz de pensar certo, de abstrair, de conhecer, de criar, eternamente "demenor", permanentemente exposto às idéias chamadas exóticas, o povão precisa de ser “defendido”. A sabedoria popular não existe, as manifestações autênticas da cultura do povo não existem, a memória de suas lutas precisa ser esquecida, ou aquelas lutas contadas de maneira diferente; a “proverbial incultura” do povão não permite que ele participe ativamente da reinvenção constante da sua sociedade. (Freire, 2011, p.20)

Esta centralização do acesso cultural como uma ferramenta de segregação de classes fica mais evidente quando analisamos o acesso à literatura de pessoas marginalizadas pela sociedade. O acesso ao direito à literatura como um direito humano



vem ganhando espaço no debate ao acesso educacional de pessoas privadas de liberdade, principalmente quando olhamos para o sistema socioeducativo que tem no centro de sua constituição a educação. Porém o olhar moralista perante o sujeito que está na condição de privação de liberdade é disseminado por diversos espaços que deveriam fomentar a liberdade, conforme é apontado por Godinho e Julião (2022):

Essas ideias subordinam a leitura de textos literários a um projeto moralizante da população prisional [...] Com o intuito de fazer da leitura um pretexto para ensinar valores morais, justifica-se a preocupação de alguns estados em selecionar quais livros serão benéficos para os detentos e, sendo assim, não permitem que o participante escolha qualquer obra disponível no acervo. (Godinho, Julião, 2022, p.135)

No discurso o sistema penal é responsável pela ressocialização dos indivíduos em conflito com a lei, porém é um sistema punitivo que arranca a autonomia dos sujeitos em todas as formas, inclusive na simples decisão de qual livro vai ler. Justificar que pessoas privadas de liberdade sejam pessoas sem valores morais é desconsiderar todas as desigualdades que vivemos como um país em eterno desenvolvimento, é um desconhecimento de quem são as pessoas que estão nos presídios. Oferecer uma literatura que deva cumprir um propósito, ensinar algo é uma opinião de senso comum que não leva em consideração o que os pesquisadores da área apresentam, e isso está fortemente presente dentro instituições que deveriam ser neutras como o poder judiciário, mas que a cada dia com o avanço do neofascismo se torna uma instituição punitiva e conservadora.

Para as escritas femininas começamos tecendo pela história das mulheres onde Perrot (2007) apresenta: “As mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas.” ao longo da história, as mulheres foram impedidas de narrarem sua própria história, a escrita era algo exclusivo para os homens, as mulheres tinham outras ocupações mais importantes como cuidar da casa, das crianças e não podiam dedicar seu tempo a supérfluos como a leitura e escrita. Transportando a discussão para os dias atuais o mundo contemporâneo apresenta mudanças quanto a essas ideias, mas a escrita das mulheres ainda vive em um campo de disputa conforme é apresentado por Guimarães (2014):



[...]pode ser que tenha havido alguma diferença nas concepções sociais e os preconceitos dirigidos a artistas e às mulheres tenham se transformado, mas ainda é tempo de afirmar o lugar da arte das mulheres que escrevem para viver, para sobreviver, para refletir, para resistir, para experimentar, para inventar.” (Guimarães, p.10, 2014)

E enquanto o protagonismo das mulheres na escrita ainda é invisibilizado, a escrita das mulheres privadas de liberdade se distanciam mais ainda. Oportunizar oficinas de escrita para mulheres privadas de liberdade, vai muito além apenas da produção de memórias, bell hooks (2020) apresenta a escrita como parte de um processo terapêutico, que ajuda a organizar as ideias e ajuda a reunir forças para se reconstituir:

Porque, ao escrever várias histórias sobre o eu em mim e ao contá-las em livros e em sessões de terapia, meu espírito ferido começou a cicatrizar. O assassinato da alma que sentia quando criança já não era a marca do meu ser; ao contar histórias, entrei em uma zona redentora. Adentrei um mundo de recuperação da alma. Aos poucos, eu pegava os cacos de minha psique e os juntava novamente, criando no processo histórias novas e diferentes — contos libertadores. (Hooks, 2020, p.91-92)

O exercício da escrita feito por adolescentes privadas de liberdade mostram vivências que jamais foram verbalizadas ou sequer refletidas. É fundamental acessar essas narrativas pelas próprias autoras para compreendermos enquanto campo de pesquisa as complexidades em torno da vida dessas adolescentes.

RESULTADOS

A inferência e interpretação dos 3 textos selecionados nos fez compreender que a vida das 3 adolescentes se desenvolveram de diferentes formas, sem deixar de lado o recorte de raça e classe, apesar de não ter sido citado em nenhum texto. Podemos girar em torno de quatro tópicos centrais nessa discussão: família, uso de drogas, relacionamentos amorosos e escola. A figura materna aparece nos três textos com abordagens diferentes, desde a mãe que está privada de liberdade até a mãe que faz de tudo para ajudar a filha. A figura do pai também é recorrente, principalmente apresentando a angústia da ausência e do abandono. A relação familiar é apresentada por situações conflituosas e seguida por uma série de negligências por parte dos responsáveis.



O uso de drogas também aparece de formas diferentes em cada texto, em um é relatado como a solução dos problemas financeiros vividos pela adolescente que se vê na necessidade de entrar para o tráfico para conseguir se manter enquanto para a outra adolescente as drogas são um refúgio para o luto vivido, nesta situação a mãe se mostra apoiadora da recuperação e a adolescente se sente inferior por não suprir as expectativas familiares.

Enquanto os relacionamentos amorosos aparecem de forma muito alarmante, visto que o envolvimento com homens mais velhos é normalizado por estas adolescentes, os romances são avassaladores e marcam o rompimento familiar, escolar e a aproximação ao ato infracional. Apresenta uma posição de domesticidade e uma vida destinada ao casamento e a maternidade.

Quanto à escola as citações são quase mínimas, em nenhum momento é citado a continuidade dos estudos, fica evidente que a qualquer intercorrência é o primeiro lugar a ser abandonado, e quando não há ninguém para impedir essa evasão ela só é revertida quando se ingressa no sistema socioeducativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a elaboração deste trabalho ficou evidente a escassez de produção acadêmica que discute as vivências das adolescentes em conflito com a lei, para as estatísticas da população do sistema socioeducativo menos de 15% é representado por meninas, pode ser um número reduzido perante a população masculina, mas enquanto estudamos sobre a história das mulheres, fica evidente que a história narradas por si mesmas é marginalizada pela sociedade e ocultada, independente da faixa etária, as mulheres são impostas a papéis secundários em suas próprias narrativas. Audre Lorde (2019) fala: “[...]a transformação do silêncio em linguagem e em ação é um ato de autorealização, e isso sempre parece estar cheio de perigos.” As histórias apresentadas aqui são semelhantes a vivências que diversas mulheres adultas do sistema prisional já viveram. A sociedade misógina e patriarcal impõe que meninas tão novas amadureçam mais rápido, assim provocando uma desumanização da mulher desde sua infância. Não temos como saber o que aconteceu com as jovens retratadas neste trabalho, mas com ele



temos a possibilidade de ocasionar mudanças para tantas outras jovens que passaram pelo mesmo.

REFERÊNCIAS

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Contexto, 2007.

Bardin, Laurence.(2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 51º ed. São Paulo: editora Cortez, 2011.

GUIMARÃES, Raquel B. Junqueira. **Escrita de mulheres: cotidiano, força e rebeldia**. Scripta, Belo Horizonte, v.18, n.35, p.9-18, 2º sem. 2014.

HOOKS, bell. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. Editora Elefante, 2020.

GODINHO, Ana Claudia Ferreira; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Remição de pena pela leitura no Brasil: o direito à educação em disputa**. Paco e Littera, 2022.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.